

Aula 2

BENS CULTURAIS E SUAS CATEGORIAS

META

Destacar as categorias classificatórias que constituem o conjunto dos bens culturais.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
refletir e definir a relação entre bens culturais e identidade cultural.

PRÉ-REQUISITOS

Ter estudado a aula anterior “Construindo o conceito de patrimônio”.

Verônica Maria Meneses Nunes
Luís Eduardo Pina Lima

INTRODUÇÃO

Caro aluno ou querida aluna: a partir da aula anterior você já tem um novo conceito firmado do que vem a ser “patrimônio”. Não mais aquela idéia do senso comum, de patrimônio como bem de herança ou de propriedade. Lembre-se de que, na aula anterior, você viu um quadro com o conceito dicionário de “cultura”. Então, vamos aprofundar mais os nossos conhecimentos?

Com esse objetivo eu convido você, e digo que a nossa caminhada pela vereda patrimonial continua. Para começar, vamos conhecer os produtos da atividade humana que são conhecidos como bens culturais e abordar sua interferência no conceito de patrimônio.



O Frevo de Pernambuco, que completou 100 anos em 2007, faz parte do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil (Fonte: Foto 1 - http://portal.iphan.gov.br/portal/frevo_RecifeOlinda; Foto 2 - http://www.recifeolinda.com.br/files_recife/frevo.jpg).



Obras de Portinari. Dança do frevo. Pintura a óleo/tela, 1958; Frevo. Pintura a óleo/cartão, 1957; Frevo. Pintura a óleo/madeira, 1958 (Fonte: <http://www.portinari.org.br/ppsite/ppacervo>).

BEM CULTURAL

O bem cultural é o produto do processo cultural que proporciona ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca (COSTA, s.d., p. 1), e os Estados Modernos têm inserido em seus documentos governamentais seus propósitos, associados ao incremento da produção e do consumo dos bens culturais, incluindo-os, principalmente, nos programas de turismo.

De um modo geral, focando a visão que privilegia os aspectos intelectuais, psicológicos e abstratos da cultura, são aceitos como bens culturais as manifestações artísticas e científicas em geral, os costumes tradicionais e o **patrimônio histórico e artístico**.

Como resultante dessa visão instituiu-se a distinção entre bens culturais e bens não culturais, o que criou uma fronteira tênue entre as duas formas. A idéia era de que os primeiros se constituíam em “coisas”, isto é, aquilo que pode ser tocado, que é tangível e sobre o que é possível estabelecer normas para a sua proteção e, de certo modo, se configuraram como portadores da identidade de uma comunidade, região ou país, constituindo-se o patrimônio histórico e artístico.

No outro lado, os bens não culturais, muitas vezes compreendidos como cultura popular, estavam associados ao fato de darem prazer e divertimento às camadas consideradas como menos “elitizadas”.

Essa dicotomia começou a ser repensada nos anos 70 (século XX), quando os consultores da UNESCO iniciaram diversas discussões realizadas em congressos e encontros de alcance internacional que aprofundaram a ampliação do conceito de patrimônio histórico. Um dos consultores da UNESCO, **Hugues de Varine-Bohan** esteve neste mesmo período no Brasil, proferindo uma série de palestras na Universidade de São Paulo, nas quais afirmava “não compreender o patrimônio cultural dissociado de um conceito mais amplo de patrimônio, que englobaria, ainda, os recursos da humanidade e os recursos naturais” uma vez que, para ele, “o conceito de patrimônio abrange não só os elementos relacionados ao passado, mas também à própria criação e ao desenvolvimento de técnicas, como elementos construtores do futuro” (COELHO e VALVA, 2001, p. 15).

Resultante dessa perspectiva, os bens culturais ou patrimoniais vão ser categorizados em três grupos:

- 1) Os pertencentes à natureza, ao meio ambiente;
- 2) Os referentes às técnicas, ao saber e ao saber-fazer, denominados de patrimônio imaterial; e
- 3) Os artefatos, considerados patrimônio material.

Essa perspectiva configura que os bens culturais são demandados na proporção em que “o indivíduo incorpora a seu modo de vida uma série de valores espirituais, desenvolve o senso estético e capacidade de percepção para a metalinguagem dos signos encontrados nas criações literárias,

Ver glossário no final da Aula

musicais, plásticas, cênicas etc. e procura, pela pesquisa, desvendar os mistérios da natureza” (MELO, 1982, p. 23).

No Brasil, ainda nos anos 70, também foi iniciada a discussão sobre os bens culturais inserindo-os na nova abordagem conceitual sobre o patrimônio. Destaca-se nesse período a atuação de **Aloísio Magalhães**.

FALCÃO (1985, p. 18) nos diz que a noção de Aloísio Magalhães sobre bens culturais se opunha à noção de patrimônio histórico. Essa oposição ocorreu “na medida em que a noção de patrimônio foi, historicamente, apropriada e reduzida à noção de patrimônio de pedra e cal [...]”.

Em um documento para o então Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, Aloísio Magalhães explicitava a noção de bem cultural: “o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado) ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro) quase sempre de apreciação elitista [...]. Permeando essas duas categorias, existe uma vasta gama de bens – procedentes, sobretudo, do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade” (FALCÃO, 1985, p. 19).

Este texto nos permite perceber o prenúncio de mudanças sobre a noção de bens culturais, uma vez que para Magalhães os bens eram provenientes da elite e do povo, ou seja, da etnia branca e também da negra e da indígena. E esta idéia pode ser constatada em uma frase que ele gostava de dizer: “a cultura brasileira não é eliminatória, é somatória”.

Para a ampliação dessa noção, Aloísio Magalhães teve como apoio o projeto de **Mário de Andrade** sobre o patrimônio histórico, que devia ser preservado: as artes arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional e estrangeira, e aplicadas nacionais e estrangeiras.

Enfim, essa reformulação conceitual abriu o leque sobre os bens a serem preservados, como referenciais da cultura brasileira. Assim, também, puderam ser preservados não só os edifícios e cidades históricas, mas outras memórias sociais e culturais relevantes, como o terreiro de Candomblé Casa Branca, na Bahia.

Um elemento associado ao bem cultural é o valor histórico, a capacidade de estimular a memória das pessoas e que con-



Igreja de Santo Antônio e N. Sra. das Neves. Engenho Retiro, propriedade dos padres da Companhia de Jesus, Laranjeiras/SE. Fundada em 1701, é Patrimônio Histórico Nacional.

tribuiu para garantir a identidade cultural “e serão tanto mais nacionais quanto for o número de pessoas que os identifique como patrimônio”(FONSECA, 1987, p. 40).

A identidade é feita pouco a pouco e tem como base a experiência vivida e rememorada, não é aquisição permanente. A identidade é uma construção, fruto não só da seleção, mas da reinterpretação sucessiva do passado e de experiências que tornam os símbolos, isto é, os bens culturais, compreensíveis, produzindo a noção de pertencimento e de integração ao cotidiano da comunidade.

Estamos constatando que Aloísio Magalhães foi o dirigente da cultura que se empenhou na construção dos novos conceitos sobre patrimônio e bem cultural.

Os bens culturais, como heranças patrimoniais, são indicadores da identidade e devem ser definidos não só “pelo passado ou pela tradição, mas por uma trajetória histórica norteadas pelo futuro” (GONÇALVES, 1996, p. 52). Esses bens possuem proteção legal - o tombamento-, cujo objetivo é “assegurar a permanência dos valores culturais neles identificados” (FONSECA, 1997, p. 35). O bem cultural é resultado de escolha, de seleção, cujo processo é conduzido por agentes autorizados e dentro de categorias fixas, definidas, relacionadas a determinadas disciplinas (Arte, História, Arqueologia, Etnografia etc.). Quando um bem cultural torna-se bem patrimonial é sinal de que houve a intermediação do Estado na priorização de um determinado testemunho. O seu valor simbólico refere-se a uma identidade coletiva, sem esquecer que é um bem cultural na medida em que o homem atribui a ele significados.

Constatamos assim que o conjunto de objetos e atividades sociais e culturais são os bens culturais, isto é, os meios pelos quais os segmentos que compõem a sociedade brasileira se expressam e formam a nação e tanto podem ser bens materiais quanto imateriais. O certo é que ambos são sinais com valor histórico, artístico, documental e sentimental que se tornam referenciais local e nacional.

CONCLUSÃO

Então? Caro aluno ou querida aluna! Está entendendo os conceitos de patrimônio, cultura e bens culturais?

Vimos que o bem cultural é resultado da ação humana que cria, inventa, adapta e distingue uma sociedade da outra. Ao ser escolhido como indicador patrimonial, o bem cultural é revestido de valor histórico, artístico, documental e sentimental. Ele passa a ser representativo de uma comunidade e de uma nação, tanto na sua materialidade quanto na imaterialidade.



RESUMO

Na aula de hoje, você deve ter percebido como a ampliação do conceito de patrimônio se associa à noção de bem cultural e de como ele contribui para a formação da identidade à medida que conhecemos e interpretamos o passado.



ATIVIDADES

A noção de bem cultural está intimamente associada aos conceitos de cultura e patrimônio cultural. Verifique como compreendeu o assunto realizando as atividades indicadas.

1. Analise a frase de Aloísio Magalhães: “A cultura brasileira não é eliminatória, é somatória”.
2. Elencar o que existe no seu município que pode ser considerado bem cultural material e imaterial.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A frase de Aluísio Magalhães destaca a noção de que somos frutos de mistura étnica e memória e que uma herança cultural não se sobrepõe à outra.



AUTOAVALIAÇÃO

1. Consegui compreender a mudança conceitual sobre bem cultural e sua relação com a identidade cultural?
2. Sou capaz de entender o bem cultural como herança das diferentes etnias que formaram o Brasil?

REFERÊNCIAS

- COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena D'Ayala. **Patrimônio cultural edificado**. Goiânia: Ed. UCG, 2001.
- COSTA, Ubiratã Milhomem. **Patrimônio histórico: avaliação técnica e critérios de elegibilidade**. PRODETUR I [Cópia digitada sem referência].
- FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 13-23.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2000.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.
- LEMOES, Carlos A.C. O que é patrimônio histórico. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MAGALHÃES, Aloísio. Cultura e bens culturais. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília : Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 39-68.
- MELO, Osvaldo Ferreira de. **Reflexões para uma política de cultura**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Movimento, 1982.
- ROJAS, Roberto e outros. **Os museus no mundo**. Tradução Luis Amaral. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil S/A, 1979.

VARINE, Hugues de. **O tempo social**. Tradução Fernanda de Camargo-Moro e Lourdes Rego Novaes. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987. Leituras indicadas sobre identidade:

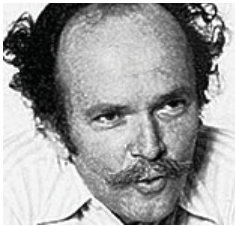
TEDESCO, J. C. Resignificação da memória. In: **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p. 227-250.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GLÓSSARIO

Patrimônio histórico e artístico: Na atualidade esta expressão integra o termo mais abrangente que é o de patrimônio cultural.

Hugues de Varine-Bohan: Francês. Foi Diretor do Conselho Internacional de Museus – ICOM (1964-1974) e autor de *La culture des autres* (1973) e de *O tempo social* (1987). É assessor da UNESCO para assuntos de patrimônios culturais.



Aloísio Magalhães: Designer gráfico brasileiro (1927-1982). É considerado um dos pioneiros na introdução do design moderno no Brasil, tendo ajudado a fundar a Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro (ESDI). Foi artista plástico, secretário geral do Ministério da Educação e da Cultura (MEC) e diretor do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN).



Mário de Andrade: Poeta, romancista, crítico de arte, folclorista, musicólogo e ensaísta brasileiro (1893-1945). Foi uma das figuras mais proeminentes da Semana de Arte Moderna (1922). Publicou *Paulicéia desvairada* (1922) e *Macunaíma* (1928).